

AS REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: DIFERENTES VISÕES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO*

Diana Aguiar

Introdução

O presente artigo objetiva analisar as relações entre as Organizações Internacionais (OIs) e as Redes Feministas Transnacionais (RFTs), dando ênfase à mobilização destas em torno do tema do desenvolvimento em iniciativas institucionais do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). A relação com as OIs é característica da história das RFTs. Esse engajamento envolve tentativas de (re)configuração do político e tem sido permeado por questionamentos a respeito de sua natureza de cooptação/resistência.

As OIs servem de espaço para a ação de empreendedores de normas (*norm entrepreneurs*)¹, por vezes financiadoras das atividades destes, e fornecem plataformas organizacionais através das quais as normas são promovidas (Finnemore e Sikkink, 1998). Dessa forma, as OIs constituem estruturas de oportunidade política para as RFTs em sua mobilização para promover novas normas² sobre desenvolvimento. As RFTs, por sua vez, não só aproveitam oportunidades, como as criam a partir de sua mobilização. As teorias sobre movimentos sociais conceituam as estruturas de oportunidade política como sinais consistentes que (des)encorajam atores sociais ou políticos a usar recursos internos para a ação (Tarrow *apud* Keck e Sikkink, 1998: 8).

* Uma versão preliminar do presente trabalho foi apresentada no 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), em julho de 2007. Agradeço aos professores e colegas, cujos comentários busquei integrar ao artigo.

Apesar de participar em espaços institucionais, as RFTs não buscam somente a institucionalização de novas normas, mas principalmente um projeto político amplo de mudança social, normativa e de reconfiguração do político. Ou seja, buscam desafiar as fronteiras do político (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000) e promover novas percepções sobre o que for apropriado (Finnermore e Sikkink, 1998: 891). Elas intensificaram seu ativismo a partir de um foco no papel do Estado como promotor do desenvolvimento – partindo de considerações sobre as desigualdades de poder nas relações sociais como estruturantes da economia – justamente quando os estudos sobre o desenvolvimento e as políticas das OIs, mais especificamente das instituições econômicas multilaterais (MEIs)³, se transformavam, abraçando um projeto intelectual e prático de desenvolvimento centrado no mercado.

Algumas características das OIs influenciam as possibilidades de impacto das RFTs e de outros “empreendedores de normas”, bem como seu grau de (in)dependência com relação às pressões externas (determinada pela estrutura de governança e pelos mecanismos de *accountability*), sua ideologia/cultura organizacional e a (in)existência de funcionários abertos a novas questões (Razavi, 1997).

Assim, nem todas as OIs podem ser percebidas como instituições que oferecem os mesmos constrangimentos e oportunidades às RFTs: a *United Nations Development Fund for Women* (UNIFEM), por exemplo, foi criada a partir de demandas de organizações de mulheres na primeira conferência da Década da ONU para as Mulheres, em 1975, na Cidade do México. A UNIFEM é considerada, portanto, por muitas RFTs, como uma importante aliada no sistema ONU.⁴ No entanto, a ONU, de forma geral, tem se aproximado do ideário que norteia o pensamento sobre o desenvolvimento nas MEIs, como demonstra o Consenso de Monterrey⁵ e iniciativas como o *Global Compact*. Essa conjuntura política desfavorável ao tipo de discurso político proposto pelas RFTs ofereceu constrangimentos que limitaram e continuam limitando a capacidade de influência desse ativismo.

Apesar de o neoliberalismo ter constrangido a atuação das RFTs, paradoxalmente, foram justamente o ambiente de globalização neoliberal e suas conseqüências que permitiram o aumento da identidade Norte-Sul no âmbito dos movimentos feministas e a sofisticação do seu discurso.

Essa relação – que oferece constrangimentos e oportunidades à estrutura normativa sobre o desenvolvimento, a atuação de outros agentes, como as OIs e os Estados, e o próprio sentido do que é considerado político – é central para a reflexão proposta por este artigo. Afinal, o ativismo feminista não se dá em um vácuo normativo, mas em um espaço onde as RFTs buscam legitimar (re)configurações do que é apropriado e das fronteiras do político.

O presente trabalho está dividido em quatro partes principais. Na primeira, são apresentadas as peculiaridades do ativismo feminista de modo a permitir a compreensão da ação das RFTs ao se mobilizarem em torno das normas sobre o tema do desenvolvimento. São tratadas a importância da categoria gênero para a (re)significação de várias questões e as consequências da instabilidade dessa categoria. A segunda parte trata da solidariedade como elemento aglutinador dos movimentos sociais, do projeto de mudança social envolvido e dos constrangimentos trazidos pela escassez de recursos. Uma breve apresentação do projeto intelectual e prático sobre a questão do desenvolvimento nas OIs é feita na terceira parte, bem como considerações em torno das visões feministas sobre o tema. A quarta parte tem o intuito de mostrar os dilemas do (des)engajamento das RFTs com relação às OIs desde a Década da ONU para as Mulheres (1976-85) até hoje.

1. O ativismo feminista

Eschle e Stammers apontam a falta de consenso e a simplificação na conceituação do ativismo transnacional. Adotamos seu conceito de movimento social:

A network of informal interactions that ties together informal groups and individuals, and sometimes formal organizations, in struggles for social change on the basis of a shared identity (2004: 353).

No caso específico do ativismo feminista, utilizamos a denominação Redes Feministas Transnacionais. A literatura sobre o tema assim o faz alegando que os próprios movimentos feministas se autodenominam redes

e que o ativismo feminista se caracteriza por uma estrutura mais informal e menos hierárquica, que a idéia de rede ajuda a captar (Moghadam, 2005).

No entanto, a participação de mulheres em movimentos sociais não faz destes, necessariamente, movimentos de mulheres ou movimentos feministas. Movimentos de mulheres se caracterizam por serem “*women-centered in terms of leadership, focus, and membership*” (Runyan and Peterson, 1999: 164). Isso não significa dizer que todo movimento de mulheres esteja baseado em uma crítica das relações desiguais de gênero⁶, ou seja, nem todos podem ser considerados feministas. Alguns são conservadores ou fundamentalistas e buscam manter, ao invés de desafiar, essas relações (O’Brien et al., 2000).

Nesse sentido, pode-se dizer que os movimentos sociais são considerados feministas quando

participants self-consciously and deliberately link gender inequality and oppression with other forms of social, political, economic and/or ecological injustice in order to transform civil society as well as states and capitalist markets (Peterson e Runyan, 1999: 165).

As RFTs têm como uma de suas características singulares a utilização de gênero como categoria de análise para a (re)significação das questões em torno das quais se mobilizam. Como as relações desiguais de gênero são estruturantes das relações sociais e afetam não só o tratamento dos direitos humanos, mas também de segurança, meio ambiente e economia, as RFTs não se restringem a tratar de questões mais explicitamente ligadas à situação das mulheres, como direitos reprodutivos e violência contra as mulheres. As RFTs mobilizadas em torno do tema da violência contra as mulheres tiveram o grande mérito de incluir a esfera privada no discurso dos direitos humanos, fazendo com que a violência perpetrada no âmbito familiar constituísse violação de direitos humanos por omissão do Estado em proteger a vítima. Isso levou a uma reconfiguração de fronteiras entre o público e o privado, politizando a esfera privada (Keck e Sikkink, 1998).

De forma similar, as RFTs mobilizadas em torno do tema de gênero e desenvolvimento propõem uma releitura da economia do desenvolvimento, tornando visíveis relações de poder de gênero e o trabalho reprodutivo, associado às mulheres, que se dão no espaço privado do lar. Ao levantar

a questão da invisibilidade desses temas na teoria econômica convencional e no discurso sobre o desenvolvimento, essas redes obtêm novas ferramentas discursivas e práticas para a luta política. As feministas enfatizam que o mercado é uma instituição social, com normas e práticas sociais e, portanto, não é normativamente neutro, mas reforça e reflete as desigualdades de gênero (Çagatay, Elson e Grown, 1995). Nessa perspectiva, tanto o mercado quanto a esfera privada são politizadas.

Gênero não é uma categoria própria das mulheres, mas das relações socialmente constituídas entre mulheres e homens. O conceito de gênero é intrinsecamente relacional, já que a definição das categorias de masculinidade e feminilidade são interdependentes. Os valores atribuídos a essas categorias variam drasticamente no tempo e entre culturas, mas, apesar dessa variação, gênero configura-se como relação de desigualdade, inclusive nas sociedades modernas ocidentais (Peterson e Runyan, 1999). A variação das relações de gênero entre culturas é um dos fatores por meio dos quais se pode justificar a impossibilidade de falar de um movimento internacional de mulheres como fazem alguns teóricos (Keck e Sikkink, 1998; Berkovitch, 1999). Dessa forma, consideramos que não existe feminismo global.

Ao longo do tempo, as relações desiguais de gênero são institucionalizadas e naturalizadas, deixando de ser vistas como construção social. A utilização de gênero como lente para (re)significar questões é similar ao que as teorias de movimentos sociais chamam de enquadramento (*framing*):

Movements help to create and recreate meanings through “framing” of the world and of themselves that legitimate and motivate collective action. [...] Framing occurs not only through what movements say, but also through what they do – through their choices of tactics and the connections between their actions and their rhetoric (Khagram, Riker e Sikkink, 2002: 12-13).

A opressão de gênero sofrida por mulheres em diferentes sociedades, embora assumam matizes distintos, torna-se um fio condutor da solidariedade que potencializa a transnacionalização do movimento feminista. No entanto, essa solidariedade vai além do sentimento de pertencimento a uma parte da população que sofre opressão, já que mesmo os homens e mulheres que não sofrem a mesma opressão podem

se solidarizar. Segundo Finneimore e Sikkink (1998: 898), é necessário fazer referência à empatia, ao altruísmo e ao compromisso ideológico para entender a motivação de empreendedores de normas, que, por vezes, agem em benefício de outrem, mesmo quando seu próprio bem-estar está em risco. Isto envolve importantes reconfigurações entre o singular e o coletivo, entre a opressão sofrida e o sentimento de solidariedade, mesmo por parte dos que não sofrem a mesma opressão.

Assim, ao mesmo tempo em que se configura como categoria de análise com a qual as RFTs (re)significam as questões em torno das quais se mobilizam, gênero pode gerar classificações que criam e reificam diferenças entre homens e mulheres como essenciais, universais e a-históricas. Uma das contradições presentes no feminismo decorrentes dessa essencialização de gênero é a tendência a rejeitar ou valorizar excessivamente as diferenças de gênero. No caso da economia feminista, a dita contradição está presente na valorização do trabalho reprodutivo associado às mulheres, por um lado, e na rejeição do papel desse mesmo trabalho doméstico na criação e manutenção da subordinação das mulheres, por outro lado. Esse tipo de contradição pode ser superado através do reconhecimento da instabilidade da categoria “mulheres” e da problematização da relação dessa categoria com outras, como raça, classe e nação (Barker, 2005).

Além disso, os desafios propostos pelas RFTs baseiam-se em um projeto de transformação social que mudaria fundamentalmente a ordem social e as relações de poder vigentes. A ênfase na transformação da sociedade civil também distingue os movimentos feministas de alguns movimentos sociais que, embora busquem transformar a sociedade, muitas vezes não o fazem como objetivo último ou o fazem dentro de uma perspectiva de valorização da sociedade civil como espaço democrático e avançado.

Feminists tend to go beyond many critical formulations of civil society by arguing that civil society is not autonomous from the state and the market, nor does it always resist the negative effects of these forces. [...] Just as there are progressive aspects of civil society, there are also regressive dimensions insofar as civil society reproduces oppressive structures (such as the patriarchal family) and ideologies (such as sexism, racism, ablism, and homophobia) (Peterson e Runyan, 1999: 164).

Ao contrário de alguns movimentos que podem buscar mudanças políticas formais, as RFTs têm como objetivo mais amplo o que Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) denominam de “política cultural dos movimentos sociais”, através da transformação nas relações de poder de gênero estruturantes dos sistemas social, político e econômico.

No caso dos movimentos feministas, o projeto político de mudança social que estas promovem tende a não ter simpatia pública generalizada, pois os desafios às relações desiguais de gênero são vistas como ameaçadoras em muitas sociedades e o feminismo visto como a preocupação de uma elite urbana, não-representativa, ocidental e excessivamente antimasculina (O’Brien et al., 2000). Por causa dessa falta de apoio público e dos constrangimentos estruturais ao ativismo das mulheres (tempo limitado para ativismo em razão da jornada dupla de trabalho, escassez de recursos financeiros e de experiência política), esses movimentos utilizam táticas pouco ortodoxas (*idem*: 32-33).

Outro ponto essencial do ativismo feminista, especialmente no que diz respeito ao engajamento entre RFTs e OIs, é o que Alvarez (1999) chama de identidade híbrida das organizações feministas, com faces “movimento-ativistas” e “técnico-profissionais”. Por um lado, as Organizações não-governamentais (ONGs) feministas participam de campanhas de contestação política e de redes de ativismo locais, nacionais e transnacionais. Por outro lado, essas ONGs são vistas como *experts* em gênero e são contratadas por Estados e OIs na assessoria e execução de programas sociais. Em razão da dependência financeira de muitas ONGs com relação a esse tipo de contratação por parte do Estado e das OIs, o tempo e os recursos dedicados à face ativista pelas ONGs ficam limitados e, por conseqüência, a própria identidade híbrida das ONGs feministas tem sido prejudicada.

Ademais, por serem consideradas especialistas, essas ONGs muitas vezes são tomadas como equivalentes e/ou representativas da sociedade civil, sem que necessariamente o sejam. Dessa forma, as OIs e os Estados dedicados a promover conferências ditas inclusivas da “sociedade civil” financiam a participação de ONGs nessas conferências (Alvarez, 1999). Como as ONGs beneficiadas pelos financiamentos são, via de regra, aquelas que são consideradas capazes e que possuem um discurso convergente com as organizações financiadoras, tende-se a marginalizar os atores voltados

para atividades orientadas para sua face ativista e que buscam um discurso de oposição e monitoramento.

Assim, o ativismo feminista caracteriza-se por aspectos e constrangimentos próprios, que influenciam sua mobilização em torno do tema do desenvolvimento, sua participação em iniciativas institucionais do sistema ONU e o modo como avançam uma agenda de transformação normativa e reconfiguração do político.

2. O projeto intelectual e prático do desenvolvimento

A área de estudos sobre o desenvolvimento, como a conhecemos atualmente, tem sua origem no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a palavra “desenvolvimento” adquiriu o sentido atual, intimamente relacionado com a crença na inevitabilidade do progresso e na universalidade da racionalidade, característicos da modernidade. Em mais de cinquenta anos de pensamento sobre o desenvolvimento, todas as perspectivas (teoria da modernização, teoria da dependência, liberalismo neoclássico, etc.) compartilhavam o otimismo de quem percebe o processo de desenvolvimento como natural e, portanto, autolegitimado (Tucker, 1999).

O debate então se concentrou, *grosso modo*, em torno do papel do Estado no processo de desenvolvimento. O significado do termo e a viabilidade do processo em si pouco foi questionada, dada a crença no progresso. Durante esses cinquenta anos, teorias que apostavam no Estado como motor do desenvolvimento e teorias que pregavam a redução da intervenção do Estado no processo se revezaram no posto de pensamento dominante, tanto em círculos acadêmicos, quanto na determinação das opções políticas dos Estados e OIs. Rapley (1996) define os lados opostos do debate sobre o desenvolvimento em relação à percepção sobre o papel do Estado no processo: de um lado, uma esquerda favorecendo o Estado como promotor do desenvolvimento, por representar melhor a coletividade; do outro lado, uma nova direita, baseada na reemergência do liberalismo clássico (que veio a ser chamado de liberalismo neoclássico ou neoliberalismo), defendendo o mercado como expressão das liberdades individuais.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o consenso keynesiano dominava o meio acadêmico e os círculos políticos no Primeiro Mundo. A emergência

da economia estruturalista reforçou a influência do estatismo no Terceiro Mundo, que logo passou a adotar políticas intervencionistas. Essas políticas dominaram com algum êxito, até que o fim do ambiente favorável do pós-guerra e a crise dos anos 70 levou à estagnação, combinada com inflação (estagflação), para a qual as políticas keynesianas não ofereciam boas respostas. A partir de então, a nova direita promoveu a minimização do Estado e estabeleceu-se no posto dominante. Como conseqüência, as MEIs começaram a pressionar os governos do Terceiro Mundo a mudar suas políticas. O ajuste estrutural com a receita de mais mercado e menos Estado foi o credo dominante das décadas seguintes.

Não cabe aqui tratar da história do pensamento e das políticas sobre o desenvolvimento nas OIs e na academia. Incontáveis textos se dedicam à tarefa com propriedade. Por ora, cabe ressaltar que foi justamente no momento de transição do modelo keynesiano para o modelo neoliberal que as RFTs intensificaram o tratamento da questão do desenvolvimento em sua mobilização política. No entanto, o tratamento das questões econômicas pelos movimentos não foi tão natural quanto no caso dos direitos das mulheres. Em razão da sua linguagem técnica econômica, a área de políticas de desenvolvimento foi por algum tempo quase impermeável às teorias feministas, mais intimamente ligadas à antropologia e a outras ciências sociais.

3. Economia feminista e o desenvolvimento

A economia feminista é um projeto de conhecimento para a transformação feminista da economia, preocupada prioritariamente com o bem-estar das mulheres, baseando-se nas seguintes características: (a) utiliza “gênero” como categoria analítica para trabalhar hierarquias naturalizadas pela economia, porém sofre contradições, pois o bem-estar das mulheres tem a ver tanto com classe, raça e nação quanto com gênero; (b) defende o bem-estar de mulheres pobres, mas a partir de posições de poder relativo e privilégio, próprios daqueles que se encontram no meio acadêmico; (c) beneficia-se do prestígio científico da Economia, ao mesmo tempo em que questiona as metodologias que deram à Economia seu *status* de ciência. Logo, a economia feminista sofre dilemas típicos do caráter

interdisciplinar do feminismo e da instabilidade da categoria “mulheres” (Barker, 2005).

A economia neoclássica foi pioneira no tratamento de questões relacionadas às mulheres (o que não significa necessariamente questões de gênero). Com a intensificação dos movimentos de mulheres, as questões relacionadas a elas foram tratadas de duas maneiras diferentes pela economia: por um lado, através de modelos neoclássicos ou variações dentro do *mainstream*; por outro lado, através de perspectivas mais críticas.

A maioria dos economistas interessados nas questões das mulheres continuou a utilizar modelos neoclássicos. Esses, no entanto, não se permitiam perguntar ou responder às questões sobre relações assimétricas de poder levantadas pelas feministas, já que presumiam relações harmoniosas dentro do lar que não ajudavam a entender interesses conflitantes entre membros de uma mesma família (Benería, 1995).

Assim, seguindo a tendência de dominação do *mainstream* na economia feminista naquele momento, nos anos 70, as críticas feministas ocidentais ao processo de desenvolvimento centravam-se na exclusão das mulheres desse processo, ou seja, em termos de recursos e oportunidades. Essa abordagem do desenvolvimento a partir de uma perspectiva feminista veio a ser chamada de *Women in Development* (WID). Surgida nas agências bilaterais do Norte, essa abordagem, portanto, não fazia críticas ao processo de desenvolvimento em si (O'Brien et al., 2000).

Given the dominance of Northern feminist voices in WID advocacy, it is not surprising that some of their priorities and biases were carried over into the development discourse. Another pitfall which stemmed from WID's footing in liberal individualism and which was exacerbated by the absence of Southern women's voices was its uncritical assessment of the development process itself. As feminist scholars pointed out, WID's analysis of women's subordination was superficial and unsystematic; it held planners' "prejudices" to blame for women's marginalization, rather than delving deeper into the structural factors endogenous to the development process that were working against women (Razavi, 1997: 1114).

As perspectivas mais críticas, no entanto, se fortaleceram na década de 80. Logo, durante os anos 80 e 90, as diferentes abordagens da Economia feminista tenderam a convergir (Benería, 1995). Essa convergência abriu

espaço para uma abordagem diferente ao tema do desenvolvimento dentro da economia feminista que veio a ser chamada *Gender and Development* (GAD). Estimulada por antropólogas feministas e feministas socialistas, incluindo feministas de países em desenvolvimento, passou-se a abordar a questão não como um problema de exclusão das mulheres do processo de desenvolvimento, mas de inclusão destas em um processo apoiado em divisões de trabalho e poder de gênero (O'Brien et al., 2000). A partir daí, uma releitura do processo de desenvolvimento tem avançado com a colaboração de acadêmicos e ativistas feministas. As críticas feministas ao processo de desenvolvimento, segundo argumentam, partem de considerações sobre o trabalho reprodutivo das mulheres, que seria invisível na teoria econômica convencional, embora esse trabalho sustente o que alguns teóricos chamam de economia dos cuidados (*care economy*)⁷, da qual dependeria a economia visível na teoria econômica. As RFTs, mobilizando-se em torno do tema do desenvolvimento no sistema ONU de forma mais ativa, têm um discurso próximo ao desenvolvido na academia sob a denominação de “Gênero e Desenvolvimento”.

Na base da análise de Gênero e Desenvolvimento, está o próprio conceito de gênero, considerado um estratificador da vida social na base do qual uma divisão fundamental do trabalho se dá na maioria das sociedades: a divisão entre atividades produtivas e reprodutivas (Çatagay, Elson e Grown, 1995). Essa análise é central para a Economia feminista mais crítica, que argumenta que toda economia precisa de trabalho produtivo⁸ e trabalho reprodutivo.⁹

The productive/reproductive dichotomy has its roots in the industrial revolution, a time when factory production increasingly replaced much of household production. Gender ideology assigned men to the public sphere of the market and women to the private sphere of the family. Over time, the household came to be seen as a site of consumption rather than production, and the activities performed in the household, what we now call reproductive labor, were classified as economically unproductive. A family structure in which men were the breadwinners and women the caretakers came to be the ideal. In practice, this ideal primarily described the lives of relatively affluent families. Poor women and working-class women had to engage in income-generating activities in both the formal and informal sectors (Barker, 2005: 2.196-97).

Ao longo da história, na maioria das culturas, a responsabilidade pelas atividades reprodutivas tem sido majoritariamente das mulheres que, ao mesmo tempo, contribuem nas atividades produtivas. No entanto, em algumas economias industrializadas, os governos assumiram parte da responsabilidade com relação a atividades reprodutivas, como educação e saúde.

Como referido anteriormente, apesar da importância do trabalho reprodutivo, boa parte deste é invisível para as análises econômicas convencionais, que consideram trabalho somente atividades geradoras de renda. A grande parcela do trabalho reprodutivo que não é remunerada, pois consiste da produção de bens e serviços para consumo da própria família, não é considerada trabalho para a economia. Como grande proporção das mulheres desempenham estas atividades, o resultado é a invisibilidade econômica e a subestimação estatística do trabalho das mulheres.

Essas feministas buscaram esclarecer que a relação entre trabalho reprodutivo e mulheres não se deve à propensão destas a esse tipo de trabalho, mas a um processo de construção social em torno dos papéis dos homens e das mulheres na economia e na sociedade. Assim, as feministas chamam atenção para o problema do foco nos papéis de cuidado e amor pacífico das mulheres, baseado no falso pressuposto do que constitui essencialmente o papel das mulheres, que acaba por reforçar uma armadilha maternalista (Moghadam, 2005). A divisão do trabalho em uma perspectiva de gênero está calcada em dicotomias socialmente construídas sobre o trabalho masculino/feminino, público/privado, por lucro/por amor, formal/informal (Peterson e Runyan, 1999). Claro está também que essas divisões não são homogêneas em todo o mundo e estão mais exacerbadas em países em desenvolvimento do que em países industrializados.

Assim, essas críticas pretendem desafiar as perspectivas econômicas convencionais, buscando integrar a esfera privada nas análises econômicas. As críticas propõem uma releitura da economia do desenvolvimento, tornando visíveis relações de poder de gênero, as diferentes oportunidades econômicas dos membros de uma mesma família por razões de gênero e o trabalho reprodutivo das mulheres, que se dá no espaço privado do lar e que tem valor zero para a economia convencional.

It demonstrates that people will not respond to economic or market signals in a 'free', rational way, unencumbered by social relations. The fact that gender relations ascribe female labor to domestic tasks means that this female labor is immobilized in activities which are not responsive to market signals. Thus price signals, so key to neoliberal economic planning, will not necessarily change the way a household allocate its labor. The non-attribution of economic value or cost to household work leads planners mistakenly to assume women's time has a zero opportunity cost, and that women can therefore be called upon to expand their labor input to paid production or voluntary community activity with no negative impact on human reproductive activity – on well-being of children, for example, or on the stability of the household. [...] In effect, women are expected to bear the "invisible" costs of adjustment (O'Brien et al., 2000: 36).

A economia feminista encerra diversos matizes que não poderão ser tratados neste artigo. Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que essa diversidade está refletida no cotidiano das RFTs, quando, por exemplo, critérios diferentes de justiça de gênero, como igualdade ou eficiência, competem e se confundem entre si.

A primeira abordagem pressupõe a igualdade entre mulheres e homens como critério principal para a justiça de gênero. Valoriza a igualdade por razões que considera intrínsecas a esse critério, e não por quaisquer razões instrumentais.

Por essa razão, é também crítica da segunda abordagem – a da eficiência – que se baseia no critério de que quanto mais produtiva a pessoa, mais ganhos ela merece, segundo a lógica do mercado. A abordagem da eficiência busca legitimar, então, a atenção dada às mulheres através de sua igual produtividade quando comparadas aos homens, buscando construir a identidade das mulheres como agentes produtivos e não beneficiárias necessitadas. Essa abordagem tem obtido proeminência nas últimas duas décadas em razão do contato intensificado entre ativistas e aqueles funcionários de organizações internacionais que falam a linguagem da economia e consideram legítima a lógica do mercado (Razavi, 1997).

Na prática, essas duas abordagens – da igualdade e da eficiência – se confundem na atuação cotidiana das RFTs, em seus processos de construção de campanhas¹⁰ para a contestação política. Algumas feministas consideram estratégica a utilização da abordagem da eficiência, uma

vez que esta permitiria maior diálogo com o *staff* das MEIs. No entanto, a maioria das feministas das RFTs rejeitam essa opção, alegando que defendem a integridade dos valores da igualdade, que não devem ceder a razões instrumentais.

Apesar da pluralidade de visões feministas nas RFTs, os discursos destas tendem a valorizar a igualdade como critério principal de justiça de gênero. Além disso, em geral, se aproximam da perspectiva Gênero e Desenvolvimento, que buscamos caracterizar brevemente. Portanto, a visão predominante nas RFTs – a visão da igualdade – é incompatível com o projeto de desenvolvimento neoliberal que predomina nas MEIs e, cada vez mais, no sistema ONU como um todo.

4. O encontro de diferentes visões sobre o desenvolvimento

A Década da ONU para as Mulheres (1976-85) foi um momento crucial para o engajamento de movimentos, grupos e redes de mulheres em fóruns internacionais. No entanto, aquela década foi marcada por tensões Norte-Sul, notadamente em torno da questão de gênero e desenvolvimento, sobretudo em razão da coincidência com a Década da ONU para o Desenvolvimento. Muitas mulheres do Norte priorizavam questões de igualdade legal e direitos reprodutivos, enquanto muitas mulheres do Sul enfatizavam questões de desenvolvimento e de justiça social, que lhes pareciam mais urgentes (Moghadam, 2005; Keck e Sikkink, 1998).

Na primeira conferência da Década da ONU para as Mulheres, em 1975, realizada na Cidade do México, as delegações oficiais e as ativistas estavam divididas ideologicamente. Para algumas mulheres, a conferência

constituted a “hypocritical and token gesture” “that would achieve little beyond window dressing” and “result in a co-optation of women’s energy”. [...] The nature of the UN conference also prompted women to continue organizing their own events outside established structures (Joachim, 2003: 256).

Logo, desde que a questão do desenvolvimento passou a ter maior evidência, apareceu a tensão em torno da percepção sobre a natureza da

participação das ativistas como “cooptação/resistência”. A organização de iniciativas extra-institucionais passou, então, a ser vista como uma importante saída.

Essas tensões começaram a diminuir na terceira conferência da Década da ONU para as Mulheres, conhecida como Conferência de Nairóbi (1985). Isso porque, por um lado, a questão da violência contra as mulheres passou a ser abordada de forma mais substancial, permitindo às ativistas encontrar uma causa comum, na qual havia menos divergências (Keck e Sikkink, 1998).

In contrast to the Mexico City Conference in 1975, women by the mid-1980s had developed into a political force able to exert pressure. With an issue uniting them, they had learned to move beyond their national, geographical, and political differences (Joachim, 2003: 256).

Além disso, Moghadam (2005) afirma que a transição do modelo econômico keynesiano para o modelo neoliberal no final da década de 70 teve como algumas de suas conseqüências a feminização da pobreza¹¹ e a feminização do trabalho¹² sem equivalente redistribuição das responsabilidades domésticas (também em razão dos cortes nos serviços sociais). Assim, o novo modelo econômico e as suas conseqüências para as mulheres de todo o mundo teriam construído pontes e feito que as mulheres do Norte também vissem a questão da justiça social como essencial.

Também no final da década de 70, a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo fez que o Banco Mundial entrasse em cena, deixando seus projetos de desenvolvimento em segundo plano para devotar esforços à recuperação da capacidade de pagamento dos devedores (Rapley, 1996). Os países do Terceiro Mundo tiveram que pedir assistência ao Banco Mundial e ao FMI. Essa assistência viria com exigências, e a influência dessas MEIs nas políticas de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo atingiria um grau sem precedentes. Naquele momento histórico de enfraquecimento da esquerda, governos de direita ganharam as eleições em países do Primeiro Mundo, que passaram a adotar políticas neoclássicas. As MEIs passaram a advogar as mesmas políticas para o Terceiro Mundo. A influência da economia neoclássica junto às MEIs foi, portanto, tão

grande que algumas delas produziram estudos que confirmavam as próprias teses da economia neoclássica, permitindo o seu avanço na área dos estudos sobre o desenvolvimento.

Assim, nos anos oitenta, a economia neoclássica havia alcançado proeminência e marginalizado o keynesianismo não só nos círculos acadêmicos, como na política do Primeiro Mundo e das MEIs. Um novo consenso emergia, que viria a ser conhecido como “Consenso de Washington”.¹³ O Banco Mundial, em especial, adotou políticas neoclássicas, implementando os programas de ajuste estrutural (*SAPs – Structural-Adjustment Packages*) na década de oitenta, que foi uma das formas pelas quais as orientações econômicas baseadas na teoria neoclássica chegou ao Terceiro Mundo. Uma análise dos SAPs e suas conseqüências vai muito além do escopo deste artigo. *Grosso modo*, o objetivo desses programas é diminuir obstáculos estruturais ao funcionamento eficiente do mercado. A agenda de reformas envolve privatizações, desregulação da economia, liberalização do comércio, austeridade fiscal e desvalorização da moeda. Isso levaria a um aumento da atividade econômica e uma diminuição da corrupção. O Terceiro Mundo foi, em larga escala, laboratório para esses programas. No entanto, os resultados foram menos animadores do que previa a teoria (Rapley, 1996). Assim, os SAPs geraram mais controvérsia do que consenso. Como conseqüência, uma das principais agendas de pesquisa sobre Gênero e Desenvolvimento durante as últimas duas décadas foi a análise do impacto dos SAPs na situação das mulheres.

Assim, foi apenas a partir da chamada “terceira onda feminista” (ver quadro a seguir) que o ativismo em torno de gênero e desenvolvimento conseguiu aglutinar uma identidade comum para a construção de coalizões, ou seja, em razão da convergência da percepção de que o novo projeto de desenvolvimento acentuava ainda mais as desigualdades de gênero com as quais as RFTs tanto se preocupavam. Em 1985, por exemplo, no Fórum de ONGs que marcou o fim da “Década das Nações Unidas para as Mulheres”, foi lançada uma das redes feministas mais influentes nas duas décadas seguintes: *Development Alternatives with Women for a New Era* (DAWN).

O processo de construção de coalizões por parte das RFTs esteve em evidência na década de 90, período marcado pelo entusiasmo em torno de

um conjunto de conferências organizadas pela ONU sobre diversos temas, norteados pela crença da importância da valorização dos direitos humanos e do desenvolvimento. Diversas organizações, redes e movimentos da sociedade civil participaram amplamente desse processo, alcançando alguns sucessos, do ponto de vista destes movimentos.

As RFTs aperfeiçoaram suas táticas de ativismo ao longo da década. O sistema de *Women's Caucus* foi desenvolvido pela ONG feminista WEDO (*Women, Environment and Development Organization*), em Nova York, durante a preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED ou Rio-92), realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Segundo esse sistema, as ativistas se encontram a cada manhã antes das reuniões das conferências a fim de discutir as negociações do dia anterior, trocar informações e decidir a estratégia de *lobby* para o dia que se inicia. Desde então, o *Women's Caucus* tem sido usado como estratégia de participação de ativistas nas conferências da ONU (Joachim, 2003).

As Três Ondas Feministas e as Organizações Internacionais

Primeira onda feminista	Segunda onda feminista	Terceira onda feminista
A partir do movimento sufragista do século XIX	A partir dos movimentos feministas nos EUA e Europa da década de 60, acarretando debate global	A partir do Ano Internacional das Mulheres em 1975 e da "Década da ONU para as Mulheres" (<i>UN Decade for Women</i>) de 1976-85
Impulsionadas por conferências internacionais		
Período formativo (final do século XIX/início do século XX): nível de organização baixo; e período do entreguerras : proliferação de ONGs cada vez mais formalizadas (sede em Genebra) com OIs (Liga das Nações e OIT) como alvo	Período pós-45 : proliferação e consolidação de redes e organizações de mulheres, com maior densidade de relações com OIs	
	Emergência de OIs criou novas arenas: <i>Inter-American Commission on Women</i> (década de 20) e <i>UN Commission on the Status of Women</i> (década de 40)	Três conferências da Década das Mulheres (Cidade do México em 1975, Copenhague em 1980 e Nairóbi em 1985) e encontros preparatórios para Cairo em 1994 e Pequim 1995 serviram para criar e solidificar redes
	Adoção da CEDAW (<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women</i>) pela <i>UN Commission</i> em 1979	Aumento da ratificação da CEDAW

Para as RFTs, o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, foi considerado um avanço, em parte, resultante do seu ativismo. Além disso, em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD/CIPD ou Conferência do Cairo), as delegações negociaram uma Plataforma de Ação focando os direitos reprodutivos das mulheres em vez de metas demográficas para o planejamento e controle do crescimento populacional (*idem*). Apesar da sensação geral de êxito, as divergências entre feministas mais radicais e as mais pragmáticas se mantinham. No entanto, ao contrário das divergências do início da Década da ONU para as Mulheres, no Cairo, estas foram usadas a favor das feministas participando do processo por meio da formação de coalizões.

While pragmatic organizations relied on their connections within the population establishment and pushed for a reproductive rights and reproductive health agenda inside the UN, radicals continued to work outside established institutions. They mobilized political pressure, maintained a critical voice in the process, and held those working inside the UN accountable (idem: 266).

Provavelmente, o exemplo mais visível de articulação das RFTs seja a sua participação na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (FWCW/QCMM ou Conferência de Pequim), em 1995. Esta foi a maior e a mais influente de todas as conferências mundiais sobre a mulher. Cerca de 180 delegações governamentais, quase 5.000 delegados e 4.000 integrantes de organizações não-governamentais reuniram-se para discutir temas relacionados à mulher. Foi uma ocasião única para os grupos e as organizações de mulheres se encontrarem (Dufour, 2005). A “Plataforma de Ação de Pequim” é considerada pelos movimentos feministas como um avanço em termos de normatização internacional dos direitos das mulheres e com relação a diversos outros temas relacionados às mulheres, como o desenvolvimento.

No entanto, depois de meia década de discussões balizadas pela crença nos direitos humanos e no desenvolvimento, e de alguns documentos assinados nesse sentido, os movimentos sociais começaram a perceber os limites do espaço de debate institucional da ONU. Os constrangimentos,

ao invés das oportunidades estruturais para o ativismo, tornaram-se mais evidentes. Ficava cada vez mais claro para os movimentos que as políticas econômicas dos Estados e das MEIs, durante a década de 90, tinham tomado rumo contrário aos compromissos normativos discutidos nas conferências da ONU.

Como os fóruns da ONU na década de 90 se mostravam limitados e questões importantes como o impacto dos SAPs e outras políticas das MEIs entravam na agenda dos movimentos, as RFTs passaram a voltar boa parte dos seus esforços para a contestação das MEIs. No entanto, enquanto a ONU baseia seu discurso em valores de tolerância e de respeito aos direitos humanos e é mais acessível às demandas das RFTs, as MEIs baseiam-se em *frameworks* cognitivos da economia neoclássica que são muito menos permeáveis ao ativismo feminista (O'Brien et al., 2000). Apesar desse tipo de dificuldade, as RFTs têm cada vez mais percebido as MEIs como alvos imprescindíveis de ativismo feminista.

Em razão da necessidade de se dirigir às MEIs, as RFTs engajaram-se na onda de protestos e na renovada percepção do papel desses interlocutores como guardiões de uma agenda de desenvolvimento muitas vezes vista como imperialista. Protestos como os do Movimento Zapatista no México, em 1994, seguidos por manifestações públicas paralelamente a grandes eventos das MEIs, como em Seattle durante encontro da OMC, em 1999, ou os Fóruns Sociais Mundiais em paralelo ao Fórum Econômico de Davos, desde 2001, fazem parte de um processo de crítica à globalização neoliberal e ao projeto de desenvolvimento associado promovido pelas MEIs.

Assim, um ativismo mais centrado em protestos de rua e boicote aos encontros oficiais, em oposição à globalização neoliberal, tornou-se evidente a partir da segunda metade da década de 90, com o crescente foco nas MEIs como alvos. Os movimentos feministas não estavam fora desse processo, embora as preocupações feministas estivessem marginalizadas. Nesse sentido, afirma Eschle (2005) que o feminismo pode ser representado por alguns como operando no espaço da identidade e da cultura, como na teoria dos “novos movimentos sociais”, em contraste com “velhos movimentos” preocupados com a redistribuição material. Isso coloca o feminismo em uma posição de distanciamento do movimento antiglobalização, que retomaria as preocupações dos “velhos movimentos

sociais”. No entanto, esse tipo de abordagem falha em perceber que identidade e desigualdade econômica não são preocupações incompatíveis e que, desde a Década da ONU para as Mulheres, vários movimentos feministas estiveram preocupados com as relações entre opressão de gênero e opressão econômica. Ou seja, apesar da marginalização do feminismo nos movimentos antiglobalização, as feministas participaram no processo com entusiasmo, como afirma a ativista e teórica feminista Gigi Francisco:

The WTO struggle became the more prominent one. Because the social movements were there, and women’s movements had to be there. I cannot say “leave that struggle to the farmers and fisher folks”. This is my personal politics. We claimed our right in the struggle, because it became the most controversial site. And because of the engagement of all multi stakeholder: the states, the business sector, the CEOs, the academia were consolidated in the struggle around trade rules. It was a historical moment that we could not be a part of (Francisco, 2006).

Em razão da participação neste processo de crítica às OIs em geral – já que a ONU era percebida como cada vez mais próxima das MEIs com relação a temas econômicos –, algumas divergências internas das RFTs ficaram mais uma vez evidentes no momento de decidir (1) se participavam através de iniciativas oficiais institucionais lançadas pela ONU (como o processo de discussão que culminou na Conferência para o Financiamento do Desenvolvimento de 2002) e pelas MEIs (como o *External Gender Working Group*, lançado pelo Banco Mundial), (2) se organizavam campanhas para boicotar e protestar contra as discussões oficiais, ou (3) se simplesmente ignoravam essas iniciativas.

In 1995, Wolfenson went to Beijing. And in a meeting on gender and the economy, Wolfenson, in response to the challenge posed by Gita Sen and some other women feminists, committed to form an External Gender Working Group (EGWG) for the Bank. So in 1996 the EGWG was formed. [...] Before that, at the time the group was formed by the Bank, there was already a loose network called Women’s Eyes on the Bank. [...] There was in fact a tension within the network when some of its members, Dawn included, agreed to participate in the EGWG. The tension was that “are we been co-opted?” On the part of those

who said “yes, we need to participate” first of all in recognition of the fact that it was an official response and that it was appreciated and also to find out that such a response was not simply an empty one and to ensure that the Bank was really going to try to do something about it (idem).

O dilema presente, portanto, era o de engajar-se no debate com o *mainstream*, correndo o risco de ser cooptado e legitimar o discurso ao qual se opunham a princípio, ou buscar uma estratégia de resistência através do desengajamento. Alguns dos dilemas políticos que as RFTs enfrentam ao se relacionar com as MEIs dizem respeito ao tipo de alianças e compromissos e à modificação de agenda e da linguagem das RFTs, decorrentes do contato com as MEIs (Razavi, 1997). Uma resposta foi instrumentalizar os argumentos ligando justiça de gênero à eficiência de mercado, crescimento e desenvolvimento de recursos humanos – estratégia bastante criticada por teóricas feministas. Outro tipo de resposta foi fazer alianças com funcionários das OIs que perseguiam agendas alternativas às de suas organizações (*idem*: 1111-1112).

No entanto, esta segunda estratégia é dificultada pela desconfiança de muitas RFTs em relação ao *staff* das MEIs, mesmo aqueles com inclinações ideológicas diferentes. Por outro lado, os próprios funcionários das MEIs percebem a limitação de perseguir discursos alternativos ao *framework* da organização em que trabalham, enquanto buscam construir uma carreira dentro dela (O'Brien et al., 2000).

Assim, a decisão sobre a construção de *framings* de campanha não é um processo sem disputas. Divisões ideológicas a respeito dos valores e abordagens da questão são essenciais na construção do discurso. E estas mesmas disputas vão influenciar a forma como as RFTs decidirão dialogar/resistir às organizações alvo. A decisão de participar de encontros oficiais não implica necessariamente cooptação/legitimação pelo do discurso dominante, pois depende de como as RFTs fazem o enquadramento (*framing*) da questão, ou seja, se mantêm o discurso que buscavam a princípio, ou se cedem a abordagens mais instrumentais. Essa tensão entre os critérios de justiça de gênero e as estratégias associadas de cooptação/resistência estão mais do que nunca presentes na relação das RFTs e das OIs.

Conclusões

O presente trabalho buscou abordar a relação entre OIs e RFTs em torno do desenvolvimento. Partindo de considerações a respeito das peculiaridades do ativismo feminista, buscou-se problematizar os constrangimentos e oportunidades para a promoção de normas feministas sobre o desenvolvimento dentro das iniciativas institucionais do sistema ONU desde a “Década da ONU para as Mulheres” até os dias de hoje.

No cerne dessa abordagem da relação entre RFTs e OIs, tratamos dos dilemas envolvidos na construção de campanhas. Esses dilemas são exacerbados pelas diferentes abordagens sobre justiça de gênero, que se confundem nas RFTs. Essas tensões têm relação direta com a incompatibilidade de visões das RFTs e das OIs em relação ao processo de desenvolvimento. A percepção das RFTs de que o ambiente institucional atual é desfavorável ao engajamento com as OIs, especialmente com relação ao tema do desenvolvimento, leva a uma evidência ainda maior sobre a existência de discussões internas nas coalizões feministas a respeito da decisão de participar das iniciativas institucionais do sistema ONU. Por um lado, essas discussões envolvem a extensão da instrumentalização dos discursos das RFTs, já que estes podem legitimar tais iniciativas como inclusivas, apesar da participação muitas vezes ocorrer em caráter de contestação. Por outro lado, as RFTs percebem as OIs como espaços imprescindíveis de contestação política, que não podem ser ignorados.

Além disso, houve um agravamento das condições de engajamento das RFTs e das OIs em razão da política americana de guerra ao terror no pós-11 de setembro e do foco em questões de segurança, em detrimento da justiça social. Nesse contexto, abordagens de justiça de gênero baseadas no critério da igualdade perdem espaço para uma instrumentalização do discurso que permite maior acesso a OIs cuja agenda atual está centrada na promoção da governança liberal. A possibilidade de que dilemas de cooptação/resistência nas RFTs sejam contornados em prol de um engajamento mais aberto e inclusivo com as OIs parece ainda mais distante, tornando especialmente importantes os desdobramentos futuros para a análise do diálogo entre RFTs e OIs.

Notas

- 1 Empreendedores de normas são agentes que ativamente constroem normas a partir do que consideram ser o comportamento apropriado e desejável em sua comunidade (Finnemore e Sikkink, 1998: 896).
- 2 Normas são padrões de comportamento apropriado para atores de certa identidade (Finnemore e Sikkink, 1998: 891). As novas normas encontram um espaço normativo em que competem com outras que são tidas como a expectativa de comportamento apropriado. Para desafiar os padrões do que é apropriado, atos explicitamente inapropriados (como desobediência civil) podem ser ferramentas poderosas.
- 3 Tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)/Organização Mundial do Comércio (OMC).
- 4 A UNIFEM cria iniciativas que oferecem espaços de ação para muitos movimentos de mulheres no sistema ONU. A atual diretora executiva do Fundo, Noeleen Heyzer, tem uma história de engajamento com movimentos feministas, sendo co-fundadora de uma das mais influentes RFTs: a *Development Alternatives for Women in a New Era* (DAWN).
- 5 O Consenso de Monterrey é o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Monterrey, no México, em 2002. Os trabalhos preparatórios da conferência foram recebidos com entusiasmo por alguns movimentos sociais. Entretanto, a conferência ocorreu em um ambiente desfavorável para o ativismo voltado para questões de gênero, direitos humanos e desenvolvimento. Foi a primeira grande conferência após o 11 de setembro, quando as questões de segurança e a guerra contra o terrorismo passaram a ofuscar outras preocupações. Isso contribuiu para que o Consenso de Monterrey fosse considerado um documento limitado pelos movimentos sociais (inclusive os feministas) que participaram do processo de sua elaboração. Apesar de enfatizar temas como inclusão, parceria, igualdade de gênero e redução da pobreza, os movimentos sociais rejeitaram o documento. Segundo Soerdeberg (2005), o Consenso de Monterrey é o sucessor do Consenso de Washington, repaginado mas com o mesmo cerne: liberalização financeira e comercial, com privatização e redução do Estado. Sobre o Consenso de Washington, ver nota 11.
- 6 Ao contrário do sexo, que é uma definição biológica, gênero “*refers to socially learned behavior and expectations that distinguish between masculinity and femininity. [...] socially learned gender is an acquired identity gained through performing prescribed gender roles*” (Peterson e Runyan, 1999: 5).
- 7 Economia dos cuidados (*care economy*): esfera privada da reprodução (biológica, social e simbólica) associada às mulheres, sobretudo em razão de seu papel na família e na provisão de assistência (Moghadam, 2005: 209).
- 8 “[T]he paid labor that produces goods and services such as food, clothing, and shelter for sale in the market” (Barker, 2005: 2196).
- 9 “[C]ooking, cleaning, and caring for children, partners, the infirm, and the elderly” (Barker, 2005: 2196).

- 10 Campanhas são conjuntos de atividades estrategicamente conectadas nas quais membros de uma rede desenvolvem laços e papéis mutuamente reconhecíveis na busca de um objetivo comum (e geralmente contra um alvo comum) (Keck e Sikkink, 1998: 6).
- 11 Feminização da pobreza: porção crescente de mulheres na população vivendo abaixo da linha da pobreza (Moghadam, 2005: 7).
- 12 Feminização do trabalho: cunhado pelo economista da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Standing, nos anos 80, o termo refere-se a dois fenômenos: ao aumento do número de mulheres na força de trabalho e à deterioração das condições de trabalho (salário, condições do emprego) tanto de mulheres quanto de homens (Moghadam, 2005: 7).
- 13 O termo “Consenso de Washington”, criado em 1989, passou a coincidir com a agenda das agências econômicas baseadas em Washington e a ser sinônimo de neoliberalismo, embora Williamson (2003), criador do termo, tenha se empenhado em esclarecer as diferenças.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E. (1999), “Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO ‘Boom’”. *International Feminist Journal of Politics*, nº 1, pp. 181-209.
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (2000), *O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Novas Leituras*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- BARKER, Drucilla K. (2005), “Beyond Women and Economics: Rereading ‘Women’s Work’”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 30, nº 4, pp. 2189-2209.
- BENERÍA, Lourdes (1995), “Toward a Greater Integration of Gender in Economics”. *World Development*, vol. 23, nº 11, pp. 1839-1850.
- BERKOVITCH, Nitza (1999), “The Emergence and Transformation of the International Women’s Movement”, in J. Boli; G. M. Thomas. *Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875*. Stanford, Stanford University Press.
- ÇAGATAY, Nilüfer; ELSON, Diane e GROWN, Caren (1995), “Introduction”. *World Development*, vol. 23, nº 11, pp. 1827-1836.
- DUFOUR, Pascale (2005), *The World March of Women: First Quebec, then the world?* Montreal, Conference Claiming Citizenship in the Americas.
- ESCHLE, Catherine; STAMMERS, Neil (2004), “Taking Part: Social Movements, INGOs, and Global Change”. *Alternatives*, nº 29, pp. 333-372.

- ESCHLE, Catherine; MAIGUASHCA, Bice (2005), *Critical Theories, International Relations and 'the Anti-Globalisation Movement'. The Politics of Global Resistance*. Abingdon, Routledge.
- ESCHLE, Catherine (2005), "Skeleton Women": Feminism and the Antiglobalization Movement". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 30, n° 3, pp. 1741-1769.
- FINNEMORE, Martha e SIKKINK, Kathryn (1998), "International Norms Dynamics and Political Change". *International Organization*, vol. 52, n° 4, pp. 887-918.
- FRANCISCO, Gigi. Representante de DAWN para a Ásia-Pacífico em entrevista à autora. Novembro de 2006, Rio de Janeiro.
- JOACHIM, Jutta (2003), "Framing Issues and Seizing Opportunities: The UN, NGOs, and Women's Rights". *International Studies Quarterly*, n° 47, pp. 247-274.
- KECK, Margaret E. e SIKKINK, Kathryn (1998), *Activists Beyond Borders*. New York, Cornell University Press.
- MOGHADAM, Valentine M. (2005), *Globalizing Women: Transnational Feminist Networks*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- MUNCK, Ronaldo (1999), "Deconstructing Development Discourses: of Impasses, Alternatives and Politics", in Ronaldo Munck e Denis O'Hearn (eds.). *Critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm*. New York, Zed Books.
- O'BRIEN, Robert; GOETZ, Anne Marie; SCHOLTE, Jan Aart e WILLIAMS, Marc (2000), "The World Bank and Women's Movements", in Robert O'Brien; Anne Marie Goetz; Jan Aart Scholte e Marc Williams. *Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 24- 66.
- PETERSON, V. Spike e RUNYAN, Anne Sisson (1999), *Global Gender Issues*. Boulder, Westview Press.
- RAPLEY, John (1996), *Understanding Development*. Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- RAZAVI, Shahra (1997), "Fitting Gender into Development Institutions". *World Development*, vol. 25, n° 7, pp. 1111-1125.
- RUNYAN, Anne Sisson (1999), "Women in the Neoliberal 'Frame'", in Mary K. Meyer e Elisabeth Prügl (eds.). *Gender Politics in Global Governance*. Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 210-220.
- SOEDERBERG, Susanne (2005), "Recasting Neoliberal Dominance in the Global South? A Critique of the Monterrey Consensus". *Alternatives*, n° 30, pp. 325-364.
- TARROW, Sidney (2005), *The New Transnational Activism* (Cambridge Studies in Contentious Politics). Cambridge, Cambridge University Press.

- THOMPSON, Karen Brown (2002), "Women's Rights Are Human Rights", in Sanjeev Khagram; James Vriker e Kathryn Sikkink (eds.). *Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- TUCKER, Vincent (1999), "The Myth of Development: A Critique of a Eurocentric Discourse", in Ronaldo Munck; Denis O'Hearn (eds.) *Critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm*. New York, Zed Books.
- WILLIAMSON, John (2003), "A Short History of the Washington Consensus and Suggestions for What to do Next". *Finance & Development*, September.

Resumo

É característica da história das Redes Feministas Transnacionais (RFTs) sua relação com as organizações internacionais (OIs). Esse engajamento tem sido permeado por questionamentos a respeito de sua natureza de cooptação/resistência. Assim, as RFTs enfrentam dilemas políticos ao participar de iniciativas institucionais do sistema ONU. Discute-se, por exemplo, sobre a extensão da instrumentalização dos discursos necessária para estabelecer o diálogo com as OIs. Uma desvantagem normalmente percebida é a possibilidade de legitimarem-se essas iniciativas como inclusivas, apesar da participação muitas vezes ocorrer em caráter de contestação. Mas as RFTs percebem também as OIs como espaços imprescindíveis de contestação política, que não podem ser ignorados.

Palavras-chave redes feministas transnacionais, gênero e desenvolvimento, organizações internacionais, instituições econômicas multilaterais.

Abstract

Transnational Feminist Networks and International Organizations: Discussing Development

An important part of Transnational Feminist Networks' (TFN) history resides in their relationship with international organizations (IOs). This relationship has been characterized by questions about its cooptation or resistance nature. Thus, TFN face political dilemmas when participating in institutional initiatives at the UN system. One of these dilemmas is the extension of the discourse instrumentalization that it is deemed to be necessary in order to dialogue with the IOs. The possibility of legitimizing such initiatives as inclusive has been perceived as an disadvantage, even when the participation is of contention. Nevertheless, the TFN consider the IOs as unavoidable spaces for contentious politics.

Keywords: transnational feminist networks, gender and development, international organizations, multilateral economic institutions.